



**ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA: PARA DEBATER SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS (SUAS).** Aos vinte e um (21) dias do mês de novembro de dois mil e dezenove (2019), às dezenove horas e cinquenta minutos (19h50) reuniu-se a Câmara Municipal de Anápolis em Audiência Pública, no Plenário Teotônio Villela, com o tema: "Regulamentação do Sistema Único de Assistência Social do Município de Anápolis (SUAS)", por proposição e sob a Presidência do vereador Lisieux Borges. Compuseram a Mesa Diretora: Gildo Arantes Pereira, presidente do Asilo São Vicente de Paula; Ana Alves Bobato, presidente do Conselho Municipal de Assistência Social; Doralice Ferreira Ramos, presidente da Associação Evangélica de Viúvas. Estiveram presentes: Divina Marçal, da Sociedade São Vicente de Paula; Cleonice Carneiro, Pastoral da Criança; Márcio Rodrigues Pereira, do Centro Comunitário Aliança (NACRI); Valmerinda Santos, do Convento Mãe Admirável; Gildo Arantes, do Asilo São Vicente de Paula; Rui Ferreira, da Associação das Viúvas do Brasil; Maria José Monteiro, da Associação Franciscana; Juliana Maria José, da Associação Casa Joana; Raianne Ramos, do Conselho Municipal de Assistência Social; Tatiane da Silva Oliveira, Centro de Atendimento e acolhida aos feridos de queimaduras, Sobrevida; Remildes Araújo Leal, da Pastoral da Criança; Eduardo Leal, da Pastoral da Criança; Marcilene do Prado, Wera Lúcia e Ana Lúcia, do Conselho Municipal de Assistência Social; Eliud Magalhães, da Associação Beneficente Irmã Dorcas; Sarah Raquel de Sousa, da Unidade Oncológica e Anápolis; Dennis Augusto Gonçalves, do Projeto Esperança e representante da Associação Goiana das Comunidades Terapêuticas; Isabela Curado Pfrimer, da Associação de Deficiências Múltiplas-Equoterapia (ADME); Reiginaldo Amaral Cintra, da Comunidade Terapêutica Jesus Cura; Equibaldo Borges de Oliveira, do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas; Rita de Cássia Garcia, Desafio Jovem Resgate; o ex-vereador José Borges; Clóvis Romeu, da Comunidade Santa Rita; Ozair, Renata e Alan, do Centro Frederico Ozanan; Amós de Oliveira, Instituição Nova Vida; e Juliana do Rápido. Também se fez presente





durante a Audiência o vereador João da Luz. - Após a execução do Hino Nacional Brasileira, usou a palavra o presidente da Audiência e proponente, vereador LISIEUX BORGES: Cumprimentos a todos os presentes, explicou que essa é uma Audiência oficial da Câmara Municipal de Anápolis, e apresentou como seriam feitos os procedimentos. Pediu que todos que fossem usar a palavra falassem ao microfone, para que fossem registradas as falas e lavrada uma ata, onde se registrariam as contribuições e possíveis emendas. Disse que essa Audiência é para a validade desse projeto de Lei. Disse que há muitas instituições interessadas, e também vários representantes das comunidades terapêuticas; a lei está tramitando nessa Casa, e é um Código para o Sistema Único de Assistência Social, porque ela vai regulamentar todas as atividades de Assistência Social no Município, mas é preciso ouvir a comunidade, as pessoas que fazem o serviço, e atendem as pessoas que a Prefeitura não consegue atender, como as comunidades terapêuticas. Disse que é um vereador que vem das instituições, da Sociedade São Vicente de Paula, há mais de vinte e seis anos, e por isso propôs essa Audiência, e se afastou da Sociedade para não prejudicar o recebimento de verbas para a Sociedade. Disse que todas as instituições de Anápolis são idôneas. Citou casos do passado, em nível municipal e nacional, que motivaram a criação da Ficha Limpa das Instituições, que está na Lei Orgânica do Município de Anápolis, e é um projeto de sua autoria. Disse que pretende colocar isso na lei que está em discussão. Explicou que tomou conhecimento de muitas comunidades terapêuticas que não têm qualquer tipo de ajuda financeira. O marco regulatório das Comunidades Terapêuticas cerceou o prefeito quanto a ajudar essas comunidades, e é muito complicado que se consiga. Uma das intenções do Código é tornar essa lei mais palatável, e facilitar na distribuição dessa verba. Falou sobre as questões relacionadas a Comunidades Terapêuticas, quanto a dificuldades para regulamentação junto ao Município, e o Projeto de Lei deve facilitar nessa questão, pois prevê que a Secretaria vai fornecer esses documentos. Explicou que enviou para todos uma cópia da Lei, e esse é o momento de fazer contribuições, ou em caso contrário ela será





apresentada e aprovada do jeito como está, e esse é o momento de apresentar sugestões, direcionar, dizer o que gostariam que fosse contemplado. Disse que pretende realizar pelo menos mais uma Audiência Pública para tratar o assunto. Falou sobre a necessidade de especificação de quais são as instituições, a relação do Sistema Único de Assistência Social com o Sistema Único de Saúde, as interfaces da Secretaria de Assistência Lamentou a ausência da secretária municipal de Assistência Social, que também não enviou representantes. Questionou onde entram as instituições nessa lei. Usou a palavra a senhora DORALICE FERREIRA RAMOS, presidente da Associação Evangélica de Viúvas: Disse que não está recebendo nada de ninguém, nem da Prefeitura e nem da Câmara. Falou sobre os vinte e cinco anos atendendo mais de três mil viúvas cadastradas, e o prédio ainda funciona somente porque o prédio é de sua propriedade, mas nunca recebeu nenhum apoio. Disse que a lei para organizar a assistência social é muito importante. - LISIEUX BORGES: Explicou que a função da Câmara é discutir essa Lei, pois não pode patrocinar, financiar ou subsidiar qualquer outra atividade, e precisa devolver o dinheiro que ela não gasta com suas atividades, e citou que enquanto presidente, devolveu dois milhões de reais para a Prefeitura, mas essa Casa pode ajudar abrindo oportunidade para a discussão. Falou sobre a importância de ouvir as necessidades das instituições do Município. - TATIANE DA SILVA OLIVEIRA, Centro de Atendimento e acolhida aos feridos de queimaduras, Sobrevida: Falou sobre a importância, agradeceu a atitude do vereador e que se sente entre pessoas nobres, e a importância de discutir esse tema. Elogiou o projeto do Arraiana, que beneficia muito as instituições, e ressaltou a importância do edital que exige para a participação a documentação estar em dia. Falou sobre a falta de apoio e patrocínio, exceto da sociedade civil, e disse que, a partir de janeiro de dois mil e dezenove, a Prefeitura fez o chamamento para as entidades participarem, e as que estavam legalizadas, foram beneficiadas com convênios, mas ressaltou que não é um benefício, mas uma obrigação do Município. Apresentou o Centro Sobrevida, e explicou que seu projeto é primeiro pautado na prevenção de queimaduras, e





falou sobre as necessidades de políticas públicas integradas entre saúde, educação e assistência, e a importância de prevenir dentro do âmbito educacional, e é uma das bases de sua instituição. Lamentou o descredenciamento do Hospital referencia pelo Sistema Único de Saúde em dois mil e doze. Disse que tomou posse no Conselho Municipal de Assistência Social na noite anterior. Falou sobre o seu projeto de prevenção nas escolas municipais de Anápolis, que é um projeto institucional dentro das escolas. Pediu um olhar para as instituições que trabalham a prevenção, deveriam ter seu espaço para discussão dentro dos conselhos de saúde e educação, e o convênio da sua instituição não atende a essa proposta de prevenção, mas ao segundo objetivo da instituição, que é o atendimento e acolhida de pessoas queimadas, na Casa de Acolhida da Instituição. Explicou que as despesas não são baratas, e o valor que recebem do governo é de três mil reais, o que não é muita coisa para as despesas, mas é muito grata. Disse que a mobilização que está tendo nessa Casa tem como força o debate e o conhecimento da Lei, que dá autonomia e respaldo para a discussão. É obrigação dos governos federal, estadual e municipal acolher e amparar as instituições, porque estão fazendo um trabalho que seria obrigação deles. A instituição atende feridos de dentro e de fora de Anápolis, e tem parceria com a Santa Casa, Hospital Municipal, UPA e maternidades e outros. - LISIEUX BORGES: Disse que para as Comunidades Terapêuticas que há um projeto de lei tramitando, onde será regulamentada a possibilidade, caso o Marco Regulatório permita, da Prefeitura comprar vagas nas Comunidades Terapêuticas para internação dos internos. Elogiou a iniciativa do Arraiana, que é uma verba momentânea, ajuda as instituições e é uma forma de dar diversão e apoio. - DENNIS AUGUSTO GONÇALVES, do Projeto Esperança e representante da Associação Goiana das Comunidades Terapêuticas: Explicou que Anápolis tem quatorze Comunidades Terapêuticas, e só agora tem uma esperança de chamamento público. Disse que já conversou com a secretária Elisânia, e ela conhece muito a lei, e explicou as dificuldades, pois os assuntos relacionados às Comunidades Terapêuticas eram de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social, mas foram





enviados para a Secretaria de Saúde, e foram enviados para a Assistência Social novamente. Falou sobre a previsão de um edital de chamamento público e a expectativa de que ele seja lançado logo. Disse que uma das suas preocupações é a falta de representatividade na Câmara, e só agora, com o governo Bolsonaro, tiveram uma regulamentação como Comunidades Terapêuticas, tirando o estigma do nome de comunidades para dependência química. Disse que uma das suas preocupações em relação ao Poder Público é que há muito movimento, mas ao cobrar, falta o comparecimento e a luta dos vereadores pelas Comunidades Terapêuticas. Falou das dificuldades do edital de chamamento público, e dentro da nova lei, espera que ele agora saia, depois de três anos da atual gestão. A promessa é de chamamento para Comunidades Terapêuticas de mulheres, adolescentes e homens, porque atualmente só há comunidades de homens, e os demais são acolhidos em clínicas, e as Comunidades Terapêuticas tem dificuldades por causa dos gastos. Explicou que há muitas dificuldades, há comunidades a quatro meses sem receber do Estado, e não há previsão de quando será feito o pagamento, e existe uma indecisão se as comunidades terapêuticas se encaixam como Saúde ou Assistência Social. Falou sobre o trabalho que é realizado, lembrando que também se faz atendimento às pessoas em situação de rua. Lamentou que muitas comunidades estão fechando, e em Anápolis já foram quase quarenta no passado, mas apenas quatorze ainda funcionam. Pediu apoio da câmara e disse que a Prefeitura está trabalhando. - O senhor presidente da Audiência Pública solicitou que usasse a palavra o vereador JOÃO DA LUZ: Cumprimentou os presentes, e se desculpou pelo atraso. Disse que os vereadores têm feito alguns trabalhos para ajudarem as comunidades do terceiro setor para se adequarem ao Marco Regulatório. Falou sobre a Audiência em dois mil e dezoito para ajudar as Comunidades a se adequarem, e a compreender a mudança feitas pela legislação. Explicou a criação da Frente Parlamentar do Terceiro Setor, expôs algumas de suas bandeiras e trabalhos, e explicou que houve inclusive cursos para as comunidades buscarem a captação de recursos no setor público e na iniciativa privada. Falou





sobre a Audiência Pública voltada para as Comunidades Terapêuticas, e disse que essa Casa de Leis não tem deixado essa bandeira abaixada, não só das Comunidades Terapêuticas, mas de outras entidades também. Disse que os vereadores têm cobrado o chamamento, e falou sobre a preocupação das comunidades não estarem preparadas quando ele for realizado. Defendeu que o prefeito e a secretaria Elisânia que já estão preparados, e que eles lhe garantiram que esse ano ainda o chamamento sairia. Fez o compromisso de cobrar do Estado, por meio dessa Câmara, investimentos nas comunidades terapêuticas e de assistência social, e lamentou que o governador tenha abandonado a área social. Lembrou que essas entidades realizar um trabalho feito por amor, ao tratar os dependentes químicos e as pessoas mais necessitadas, e esse trabalho é de formiguinha, contudo é de grande importância. Lembrou que essa responsabilidade seria do Estado, cuidar dos cidadãos, mas as Comunidades o fazem por amor, e o Estado precisa contribuir sim com elas. Disse que apoia o vereador Lisieux pela iniciativa, e estará junto e à disposição sempre que foram tratar do Terceiro Setor. - LISIEUX BORGES: Respondeu que não são apenas Comunidades Terapêuticas, mas tem várias atividades e associações, como a associação das viúvas, o NACRI (Márcio), que ainda recebe algum apoio, a Casa Joana, sem apoio nenhum para cuidar das crianças e jovens autistas, mas sabe que esse apoio é insuficiente, e convidou a todos que fossem conhecer a atividade realizada. Isso é obrigação do Estado, mas como o Estado não faz, e não vai conseguir realizar. O Estado não consegue abraçar todas as necessidades. Colocou seu gabinete à disposição de todos. Falou sobre a demanda do gabinete de cada vereador, que é muito grande, mas disse que nada fica engavetado, contudo, é preciso que as pessoas se aproximem e exponham suas necessidades e dificuldades, pois não é possível ir sempre a cada um. - O senhor presidente da Audiência Pública concedeu a palavra ao senhor MÁRCIO RODRIGUES PEREIRA, do NACRI: Cumprimentou os presentes e falou sobre a demanda da proteção básica, principalmente na prevenção, porque sua instituição trabalha com crianças e adolescentes no Bairro Paraíso.





Disse que já há algum tempo tem lidado com os secretários anteriores, e depois da regulamentação do Marco Regulatório, ainda não há uma diretriz que regulamenta a Assistência Social sem alojamento. Explicou que recebem uma ajuda da Prefeitura em material e de pessoal, mas não tem ainda o edital para regularizar as atividades dessas entidades que trabalham nessa linha. Apresentou sua demanda aos vereadores presentes, e pediu que assumissem esse assunto. Disse que ouvem que o edital vai sair há três anos, mas nada foi feito. - O vereador JOÃO DA LUZ falou sobre a necessidade das instituições irem se adequando para estarem preparadas para quando o edital for lançado, e citou o exemplo do chamamento da iniciativa esportiva, onde vinte e duas entidades apresentaram propostas, mas só seis tiveram aprovação de seus documentos. - REIGINALDO AMARAL CINTRA (Comunidade Terapêutica Jesus Cura): Cumprimentou os presentes e falou sobre a necessidade das instituições terem vínculo com o Município. Disse que o projeto de Ficha Limpa das instituições é importante, porque as instituições sérias têm a aprovação de seus estatutos e de suas normativas em conselhos, compostos por pessoas idôneas e íntegras. Agradeceu o trabalho feito por essa Casa, e a assistência prestada pela Secretaria de Assistência Social. Explicou que o novo Marco Regulatório exige o reconhecimento de um vínculo das instituições com a Assistência Social do Município, e mesmo com toda a documentação regularizada, falta por parte da Prefeitura o reconhecimento desse vínculo para as instituições, não apenas as Comunidades Terapêuticas. Explicou que as instituições sérias merecem um apoio maior do Município, e não viu nada ainda há dois anos à frente da Comunidade Terapêutica. - LISIEUX BORGES: respondendo ao senhor Reiginaldo, leu o artigo dezessete, inciso dezesseis do Projeto de Lei Ordinária 220/2019, de autoria do Prefeito Municipal, que "Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Anápolis/GO e dá outras providências": "Art.17.Compete ao Município de Anápolis, ao Órgão Gestor da Assistência Social: (...) XIV –Promover: a) a integração da política municipal de assistência social com outros sistemas públicos que fazem interface com o SUAS; b) articulação intersetorial do SUAS com as





demais políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça; c) a participação da sociedade, especialmente dos usuários, contribuindo na elaboração da política de assistência social". Explicou que a Secretaria de Assistência Social vai facilitar o trâmite das demandas das diversas instituições com as demais secretarias, como a Secretaria de Saúde, contudo, não sendo obrigada a fornecer os documentos, mas a agilizar a tramitação. - JULIANA MARIA JOSÉ, da Casa Joana: Disse que a Casa Joana poderia trabalhar com todas as secretarias, como a Secretaria Municipal de Saúde, pois fornecem tratamento de Saúde, de fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia e outros; a Secretaria Municipal de Cultura, porque a Casa tem aulas de dança, pintura, queria também oferecer teatro; o CEPAS e outros. A instituição também poderia trabalhar em convênio com a Secretaria Municipal de Educação, porque fornecem alfabetização, e acolhe as crianças que são encaminhadas pelo próprio Município, mas não têm nenhum tipo de apoio nesse sentido. Agradeceu os dois vereadores presentes, pois ajudam a Casa Joana cedendo estagiárias para o acolhimento das pessoas. Elogiou a atuação da secretaria Elisânea, pela ajuda no processo de convênio, e disse que a Casa Joana só tem apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social. - TATIANE DA SILVA OLIVEIRA: Disse que faz parte do Conselho Municipal de Saúde, e que o controle social é importante, pois foi por meio do conselho e com as ferramentas de controle conseguiu voz para apresentar as demandas de sua instituição, e convidou todas as comunidades para participarem toda última terça-feira do mês para participarem. Disse que poderia convidar para se reunir a Mesa Diretora para conversar com os representantes das instituições e o secretário de Saúde. Falou sobre o chamamento no início do ano, quando nenhuma comunidade teria apresentado pedido para ingressar no Conselho de Saúde. - REIGINALDO AMARAL CINTRA: Disse que não tinham recebido o convite, e enviaria um representante da comunidade Jesus Cura para acompanhar as reuniões no Conselho. - O senhor presidente da Audiência Pública, vereador LISIEUX BORGES, sugeriu ao senhor Dennis Augusto Gonçalves que fizessem uma associação municipal das Comunidades





Terapêuticas. DENNIS AUGUSTO GONÇALVES: Respondeu que esse assunto já fora cogitada e estava sendo discutido. Convidou todos os presentes e a todos os vereadores para participarem do II Fórum Goiano das Comunidades Terapêuticas, que ocorreria a partir do dia vinte e oito de novembro de dois mil e dezenove, a partir das oito horas da manhã, e seria realizado na Unievangélica, com a participação de muitas pessoas gabaritadas e conhecedoras do assunto, e com certificação gratuita oferecida pela Unievangélica. Disse que o convite foi enviado ao presidente da Câmara anteriormente. Explicou ainda que os atos dessa Casa estão repercutindo, e todos estão falando a mesma língua. - O senhor presidente da Audiência Pública, vereador LISIEUX BORGES, pediu que todos estudassem os projetos e fizessem as suas intervenções, e trouxessem para poder enriquecer esse projeto. Lembrou a construção do Código Sanitário, ouvindo a Comunidade, e hoje é exemplo, e muitos municípios estão procurando para usar como exemplo, e que é nessa Casa que podem ser apresentadas emendas, alterações e propostas. Citou as mudanças feitas no texto do Código Ambiental por sugestões dessa Casa após audiência pública. - JOÃO DA LUZ: Parabenizou o vereador Lisieux pela iniciativa, a todos os presentes, que estão demonstrando a necessidade de serem ouvidos, e disse que é preciso que as Comunidades Terapêuticas e o Terceiro Setor se unam. Colocou-se à disposição para ajudar o Terceiro Setor e as instituições em suas demandas. Fez uma proposta ao vereador Lisieux, e pediu união para somar forças com o Conselho Municipal de Assistência Social para resolver esses problemas. - LISIEUX BORGES: Pediu ajuda para poder ajudar a todos, que as instituições apresentassem suas dificuldades, e que se unissem, e se ofereceu para pelo menos fazer as instituições serem ouvidas pelo Poder Público. - REIGNALDO AMARAL CINTRA: Pediu prazo de quinze dias para que as instituições presentes pudessem apresentar os projetos. - LISIEUX BORGES: : Disse que os interessados deveriam ser rápidos, mas esse prazo poderia ser concedido, porque o Projeto de Lei só havia passado por uma Comissão até então. O senhor presidente da Audiência Pública, vereador Lisieux Borges, agradeceu

**Ata de Audiência Pública**

Página 9 de 10





aos presentes e falou que logo seria marcada uma nova Audiência para terminarem de debater o assunto, e declarou encerrada a Audiência Pública. Todas as falas da Sessão estão registradas integralmente nos arquivos de áudio dessa Casa de Leis. Para constar, eu, Rodrigo Silva Demetrio, com o auxílio da estagiária Juliana Oliveira da Silva, lavrei esta Ata que se aprovada será assinada pela Diretoria Legislativa dessa Casa de Leis.\*\*\*\*\*

  
Dr. Arunan Pinheiro Lima  
Diretor Legislativo